

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de fevereiro de 2019 às 07h47
Seleção de Notícias

IstoÉ Online | BR

Marco regulatório | INPI

Grupo de Alexandre Frota ganha registro da marca MBL 3

Yahoo! Notícias Brasil | BR

Patentes

Apple tem vitória judicial contra a Qualcomm e reduz indenizações a serem pagas 4
CAPA

Jornal da USP | SP

Propriedade Intelectual

Redação de patentes precisa de aperfeiçoamento no Brasil 6
REDAÇÃO

Meio & Mensagem Online | BR

07 de fevereiro de 2019 | Pirataria

Multiplicação de VODs colabora para aumento da pirataria 7
MÍDIA

Grupo de Alexandre Frota ganha registro da marca MBL

Um grupo associado ao deputado Alexandre Frota (PSL-SP) ganhou do **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), o registro da marca MBL - Associação Movimento Brasil Livre. A decisão foi tomada no dia 22 de janeiro e divulgada nesta quarta (6). Este é mais um capítulo de uma briga que se arrasta há dois anos com o grupo homônimo do deputado Kim Katagiri (DEM-SP). Além de Frota, a turma que requer a marca conta com o empresário Vinicius Aquino, que assessora o deputado e organizou a comitiva à China e Cleber Teixeira, ex-advogado do vereador Fernando Holiday (DEM-SP), um dos fundadores do primeiro MBL. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

Em nota oficial, o MBL de Kim criticou o que vê como "empreitada psicodélica capitaneada por Frota e seus assessores". Ainda segundo eles, "o uso da marca é realizado desde 2014 por este grupo e o pedido de

registro no **INPI** "é anterior ao da associação fraudulenta, garantindo o amparo legal e administrativo diante da tentativa de golpe". A propriedade da marca seria, portanto, "pública e notória.", diz o comunicado.

O advogado do grupo homônimo, Rubens Nunes, disse à Folha que o grupo rival registrou a marca numa categoria específica, de educação, cultura e congressos. "Eles podem abrir uma escola de inglês chamada MBL, mas não podem criar um movimento social chamado MBL".

Vinicius Aquino, do MBL, que teve decisão favorável do **INPI**, diz que o movimento homônimo "agora inventa história, não aceita a verdade ou derrotas" e que "já existe um processo de falsidade ideológica" contra os opositores.

Apple tem vitória judicial contra a Qualcomm e reduz indenizações a serem pagas

CAPA

Apple e Qualcomm ganhou um novo capítulo favorável à Maçã nesta terça-feira (5). A juíza federal Dana Sabraw, dos Estados Unidos, determinou que a fabricante de chips não pode cobrar indenizações devidas anteriores à abertura do processo contra a Apple, no final de 2017. Com isso, a empresa de Cupertino consegue, pelo menos, limitar o valor a ser pago no processo em que acusa a rival de práticas abusivas e que atuam contra a competição no mercado de hardware. >A longa novela judicial entre Apple e Qualcomm ganhou um novo capítulo favorável à Maçã nesta terça-feira (5). A juíza federal Dana Sabraw, dos Estados Unidos, determinou que a fabricante de chips não pode cobrar indenizações devidas anteriores à abertura do processo contra a Apple, no final de 2017. Com isso, a empresa de Cupertino consegue, pelo menos, limitar o valor a ser pago no processo em que acusa a rival de práticas abusivas e que atuam contra a competição no mercado de hardware.

Além disso, a mesma corte determinou a falta de validade de um segundo processo, no qual a Qualcomm acusa a Apple de infringir **patentes** relacionadas a sistemas de processamento gráfico e eficiência energética em seus aparelhos móveis. O julgamento, marcado para começar em abril na cidade de San Diego, nos EUA, deve se limitar, então, apenas a tecnologias de conectividade, com os argumentos contrários sendo colocados pelas duas companhias diante do júri.

A dispensa está relacionada ao fato de o questionamento de patentes já ter sido feito antes pela Qualcomm, em um processo no qual pediu o banimento das importações de iPhones da China enquanto o devido pagamento de royalties não fosse realizado. O pedido foi negado em novembro de 2017 pela Comissão Internacional de Comércio dos EUA, que iniciou uma investigação sobre o caso, mas

liberou as vendas dos smartphones em território americano.

De um lado, a Qualcomm acusa a Apple de infringir **patentes** e de utilizar tecnologias próprias de conexão sem autorização desde os primeiros anos do iPhone. De outro, a empresa de Cupertino afirma que a rival utiliza práticas abusivas para evitar a atuação de concorrentes. Além disso, questiona a mecânica de pagamento de royalties atrelada ao valor dos aparelhos e aos totais de vendas deles, e não da participação das tecnologias licenciadas nos produtos. A Maçã afirma que as invenções utilizadas não constituem grande parte do que está dentro de iPhones, iPads e outros, sendo assim, acertos dessa ordem seriam exagerados.

O principal reflexo dessa disputa foi que, desde janeiro de 2017, a Apple suspendeu todo e qualquer pagamento de royalties à Qualcomm a partir de seus fornecedores, o que gerou um belo impacto no faturamento da fabricante. Com a decisão do juiz, entretanto, a empresa do setor de hardware não pode mais receber os valores devidos antes da abertura do processo, meses depois disso.

Por outro lado, Sabraw deu razão à Qualcomm em um elemento importante, que deve abrir caminho para uma vitória da fabricante, mesmo que parcial. A juíza dispensou os argumentos colocados pela Apple de que uma das tecnologias supostamente quebradas, o chamado flashless boot, que permite a um celular se conectar à internet simultaneamente à inicialização do sistema operacional, é sim uma **patente** registrada e não estaria disponível em manuais de fabricantes de processadores. A via, então, indica o pagamento de royalties, pelo menos em relação a essa invenção.

O longo caso judicial entre Apple e Qualcomm, que já dura mais de dois anos, deve chegar a um de seus

Continuação: Apple tem vitória judicial contra a Qualcomm e reduz indenizações a serem pagas

episódios mais importantes no dia 26 de março, quando a Comissão Internacional de Comércio dos Estados Unidos deve apresentar seus achados relacionados às patentes da fabricante, após a investigação iniciada no final de 2017. Tais informações também devem influenciar no julgamento sobre o caso, que está marcado para abril.

Intel, a Apple levou junto alguns de seus segredos comerciais e os compartilhou com a rival. A empresa de Cupertino nega tudo isso. >Além da questão da **quebra de patentes** em si, o julgamento deve se de-

bruçar sobre outras questões que fazem parte da troca de acusações entre as partes, como a possível quebra de leis de concorrência e a suspensão nos pagamentos de royalties. A Qualcomm também afirma que, ao abandoná-la como fornecedora e escolher a Intel, a Apple levou junto alguns de seus segredos comerciais e os compartilhou com a rival. A empresa de Cupertino nega tudo isso.

Canaltech >Fonte: Canaltech

Redação de patentes precisa de aperfeiçoamento no Brasil

Workshop sobre propriedade intelectual acontece com objetivo de orientar inventores a protegerem suas criações

Por - Editorias: Atualidades, Rádio USP, Jornal da USP no Ar - URL Curta: jornal.usp.br/?p=222859

[//jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/02/WORKSHOP-PATENTES.mp3](http://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/02/WORKSHOP-PATENTES.mp3)

download do áudio

No Momento Inovação USP de hoje, workshop com apoio da Auspin ensina conceitos de **propriedade intelectual** e redação de patentes. O projeto está sendo coordenado por Henry Suzuki - inventor, empresário e especialista em patentes, que também é o ministrante. O Jornal da USP no Ar conversou com Suzuki para falar mais sobre a iniciativa.

Segundo ele, a ideia da realização das oficinas em escala nacional teve origem na constatação de que, embora estejamos na era do conhecimento, ainda são poucos os brasileiros que sabem como proteger suas criações e como utilizar informações de patentes de terceiros. Suzuki enxerga que o aprendizado em cima da questão da propriedade intelectual foi por muito

tempo escasso, e continua assim atualmente. "Eu sou aquele típico inventor não soube se proteger e perdeu", conta.

O Workshop conta não só com o nivelamento de informações sobre como funcionam as patentes, mas sobre como redigir uma patente, através de um conteúdo guiado. Por fim, haverá oficinas de invenção e de redação de patentes pelos próprios participantes. Para Suzuki, "80% do trabalho quem tem que fazer é o inventor". O objetivo central da iniciativa é mostrar de que maneira o inventor pode ser mais efetivo.

O "Workshop Redação de Patentes, Além dos Guias" acontece nos dias 27 e 28 de Fevereiro, das 8h30 às 16h30, na Faculdade de Medicina da USP, Anfiteatro Nina Rodriguez (Av. Dr. Arnaldo, 455). O evento é aberto e gratuito. Qualquer interessado pode participar, basta fazer inscrição neste site. Os participantes são convidados a levarem 1 kg de alimento não perecível para doações.

A USP está apoiando esta iniciativa através da Agência USP de Inovação, contemplando todos os campi. A Auspin já orienta pesquisadores e inventores da comunidade USP e de fora também com relação à **propriedade intelectual**.

Multiplicação de VODs colabora para aumento da pirataria

MÍDIA



Número de streamings com conteúdos exclusivos e preço das assinaturas fazem consumidor recorrer a ilegalidade

Há pelo menos sete anos, barracas que vendem DVDs filmes e séries piratas eram mais constantes em grandes centros urbanos, assim como portais ilegais na internet, pelos quais as pessoas conseguiam diretamente baixar os conteúdos desejados. Quando a Netflix começou a fazer sucesso, por volta de 2012, os mesmos quiosques de produções vendidas ilegalmente foram diminuindo e o tráfego pirata também. Muitos desses sites, inclusive, foram retirados do ar. No entanto, a isso não significa que a **pirataria** no consumo de entretenimento tenha diminuído.

O estudo Global Internet Phenomena Report, realizado pela Sandvine e divulgado no último trimestre de 2018, mostra que o volume de conteúdo enviado pelo BitTorrent - sistema de compartilhamento de pastas responsável por 97% dos envios globais de conteúdo pirateado - voltou a crescer após uma grande queda que teve início na segunda década do século XXI.

Em 2011, o uso do BitTorrent para envio representava 52% do tráfego de vídeo na internet nos Estados Unidos e 60% na Europa. Em 2015, as porcentagem chegaram a 27% e 21%, respectivamente. Os números se mantiveram caindo até 2018, quando houve uma nova alta: 32% nos Oriente Médio, Europa e África. Nas Américas, o BitTorrent está em segundo lugar no envio de conteúdo pirata. Ainda assim, Netflix tem 15% do tráfego de consumo de conteúdo em vídeo de toda a internet mundial.

De acordo com a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), a partir de seus dados não é possível relacionar a Netflix com a queda de **pirataria**. "Nas pesquisas das equipes técnicas da



ABTA, o que temos observado é a Netflix também é vítima de **pirataria**, assim como as programadoras de TV por Assinatura. Não existe nenhuma informação que nos permita correlacionar a entrada da Netflix com a queda de acessos ilegais".

Em um artigo publicado no blog da Sandvine, Cam Cullen, VP de marketing da empresa, lista alguns motivos para tal guinada nos números: o aumento de produção exclusiva e original dos players de VOD na busca de se diferenciar da grande multiplicação de serviços sob demanda lançados por programadoras e distribuidoras nos últimos três anos. Pelo fato de a maioria dos players terem sede nos Estados Unidos, há uma distribuição falha para o restante do globo e desalinhamento de estreias, como os lançamentos dos episódios de Game of Thrones, por exemplo. "Já que estes números foram registrados em junho para esta edição do estudo, não houve nenhum episódios de Game of Thrones saindo. Então, considere estes números menores do que deveriam", avalia o VP de marketing da Sandvine.

Luiz Bannitz, diretor de conteúdo e novos negócios do Looke, plataforma de conteúdo audiovisual brasileira, concorda com a posição do executivo. "Está se produzindo um volume muito grande de conteúdo original e estes novos conteúdos estão tomando a verba de aquisição e o lugar nas plataformas de títulos mais conhecidos pelos usuários. Desta forma o usuário passa a procurar pelo que ele já conhece e estes conteúdos estão normalmente disponíveis nos sites piratas e torrents", explica.

Continuação: Multiplicação de VODs colabora para aumento da pirataria

Além disso, segundo ele, o aumento dos preços dos serviços de streaming e a demanda por lançamentos que acabaram de sair de cartaz contribui pela demanda de torrents e demais formas ilícitas de consumo.

Enquanto a população não se dispõe ou tem condições de pagar pelas assinaturas, há um grande sistema capaz de bancar por isso. "Os sites ilegais são alimentadas por anúncios que trazem vírus para os aparelhos, coletam dados pessoais do usuário e promovem pedofilia, por exemplo. Trazemos essa questão nas CPIs e nos projetos de lei que planejamos com o governo. Mas não é fácil derrubar os portais ilícitos. Eles não são controlados por amadores e sim por máfias de outros países", conta Edson Vismona, presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP). Ele diz que, em 2018, a pirataria gerou uma perda de R\$ 4,8 bilhões à TV por assinatura no Brasil.

Democracia, unicidade e multiformato

Para Alessandra Dorgan, gerente da Spcine Play, plataforma de vídeo on demand da empresa municipal de cinema e audiovisual de São Paulo em consórcio com a O2 Play e o Hacklab, a questão da acessibilidade do conteúdo pode ser incorporada à serviços que já estão no mercado. O Play disponibiliza cerca de 60% do seu portfólio gratuitamente e trabalha com valores "bastante democráticos", como diz a executiva: R\$ 3,99 por locação. Recentemente, a Spcine Play foi incorporada ao Looke para ampliar seu alcance e suporte tecnológico. O IMDb, site sobre filmes e séries da Amazon, também anunciou o lançamento de um VOD em janeiro deste ano nos Estados Unidos. Seu diferencial é que, ao invés de cobrar uma mensalidade para que o usuário não veja anúncios na interface, não cobra assinatura e tem peças publicitárias. Ainda não há previsão de lançamento do player em demais países.

"Acreditamos que democratizando o acesso, contribuímos para a formação de público cinéfilo e estimulamos o consumo consciente de conteúdo,

Continuação: Multiplicação de VODs colabora para aumento da pirataria

minimizando o impacto nocivo da pirataria em todo o mercado audiovisual", declara Adriana. A executiva ainda acredita no streaming como um facilitador: "Quando o consumidor comum - aquele que não domina ferramentas como o torrent - encontra com facilidade o título que procura, é mais fácil que ele consuma via streaming, pagando pouco, do que busque arquivo, legenda, sincronize e rode no computador".

O Looke segue apostando na exclusividade de seu conteúdo para atrair os consumidores. De acordo com Luiz, há uma maior dedicação em colocar na plataforma produções audiovisuais que não estão nas dos concorrentes. "Se o conteúdo já estiver em quaisquer outros serviços, evitamos de comprá-lo, dando

assim oportunidade a novos conteúdos, criando uma opção legal para nossos clientes", explica.

E apesar de tal estratégia ser replicada por demais serviços, Edson concorda que é necessário contribuir com conteúdo que fidelize o consumidor do serviço, seja com narrativas ou formatos originais, como foi o filme Bandersnatch, de Netflix, cuja participação do espectador gerou diversos finais, impactou o telespectador e dificultou a replicação de forma ilegal.

**Crédito da imagem no topo: Charles/Unsplash

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI

3

Patentes

4

Propriedade Intelectual

6

Pirataria

7